

EDITAL

PREGÃO SRP Nº 50/2025.

Protocolo nº 262/2025.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUATINS - TO TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 11/12/2025

Horário: 08:00 **HORAS**

FIM DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, 11/12/2025 as 07:00 horas

Modalidade – Pregão eletrônico

Local: BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> Critério de

Julgamento: **MENOR PREÇO UNITARIO**

Modo de disputa: **ABERTO**

Impugnações e Esclarecimentos até às 08:00 horas do dia 08/12/2025.

Valor estimado: R\$ **9.094.813,32** (nove milhões noventa e quatro mil oitocentos e treze reais e trinta e dois centavos.)

1. DO OBJETO.

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **registro de preço para aquisição de medicamentos, com a finalidade de atender as demandas da assistência farmacêutica que abastece a rede de saúde pública municipal de Araguatins-TO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência,

1.3 **O critério de julgamento adotado será o referido no preâmbulo deste edital**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Ficha: 324

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 4.23.10.301.206.2.103 – Manutenção da Farmácia Básica - AFB.

Ficha: 355

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 4.23.10.302.210.2.114 – Manutenção do Hospital Municipal - MAC.

Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo

Fonte: 1.500.1002.000000; 1.600.0000.000000; 1.601.3110.000000; 1.621.0000.000000

3 DO CREDENCIAMENTO.

O registro cadastral é realizado no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.1 O cadastro deverá ser feito no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>;

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante

legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.3 O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS).

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 No caso das empresas que se enquadrem na Lei Complementar 123/2006, assinalará sim ou não, quando ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, quanto a estar apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar

ocorrências posteriores;

4.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, bem como o valor total/anual da proposta.

6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso; ou, quando tratar-se de serviço, especificar com parâmetro no termo de referência, detalhadamente como ocorrerá a prestação dos serviços (prazos e formas da execução dos serviços).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, da Lei complementar 123/2006.

7.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 Contiver vícios insanáveis;

7.4.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6.1 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.6.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.6.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se

comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.9 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.11 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.12.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.12.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.12.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.13 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.14 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.15 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.15.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.16 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.16.1 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.18 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

7.19 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.20 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado

primeiro.

7.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.27. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.28. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.29. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.29.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.29.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.29.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.29.5. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.7. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.8. Empresas brasileiras;

7.29.9. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.10. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.31. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.32. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, em seus anexos, considerando também a média de preço aferida previamente na pesquisa de preços prévia contida na fase inicial do processo.

7.33. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO.

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e demais normas aplicáveis à espécie, dispostas no Termo de Referência.

8.2. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR E O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

8.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

8.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

8.2.4.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.5.Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.5.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.1.O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.4.Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4.1.No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5.Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, **podendo ocorrer pesquisas em outros órgãos públicos de acordo com objeto do certame**, relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

8.5.1.É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes nos sistemas públicos oficiais tais como, **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**, e, **quando aplicável órgãos oficiais inerentes à atividade ou categoria**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.2.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.6.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7.Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.8.Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 horas** sob pena de inabilitação.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, bem como o exigido no Termo de referência que integra o Edital, para fins de habilitação:

8.12. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.12.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.12.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.12.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.12.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.12.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.13. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso; com emissão de até 60 dias anteriores a abertura do certame

8.13.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, nos casos que se aplica, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; com emissão de até 60 dias anteriores a abertura do certame

8.13.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. Admitida a certidão positiva com efeito de negativa, desde que possa ser conferida a autenticidade da mesma.

8.13.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.13.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada; Admitida a certidão positiva com efeito de negativa, desde que possa ser conferida a autenticidade da mesma.

8.13.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais,

emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada; Admitida a certidão positiva com efeito de negativa, desde que possa ser conferida a autenticidade da mesma.

8.13.8. Caso o licitante detentor do maior desconto seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.13.9. Certidão de consulta consolidada de pessoa jurídica emitida pelo TCU - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, emitida com prazo de até 30 dias da data de abertura deste certame;

8.13.10. Certidão simplificada da junta comercial estadual sede da licitante emitida com prazo de até 30 dias da data de abertura deste certame;

8.14. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.14.10. Certidão Negativa de falência, na forma expedida pelo sistema oficial do Tribunal competente onde se encontra a sede da empresa.

8.14.1.2. O prazo de validade da certidão é o expresso na mesma, ou, constando da certidão o prazo de validade, será considerada válida a certidão expedida nos últimos 30 (trinta) dias, em salvaguarda à segurança jurídica, a realidade concreta e supremacia do interesse público.

8.14.1.3. Acaso, a certidão oriunda do distribuidor competente da sede da empresa, contemple: falência, concordada, recuperação judicial ou extrajudicial, e estando positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, com vistas a acautelar e demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes de eventual futuro contrato.

8.14.11. Balanço patrimonial e demonstrações do exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois)** últimos exercícios sociais, na forma do art. 69 inciso I da lei nº 14.133/21.

8.14.11.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

8.14.11.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.14.11.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.14.11.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.14.11.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.11.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de

Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.14.11.7. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.14.11.8. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

8.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.15.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.15.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15.6. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.16- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17- Um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida, que comprove o desempenho de atividades cor- respondente a prestação de serviço a ser contratada;

8.18. Atestados emitidos por órgãos públicos deverão estar acompanhados da Cópia do Contrato que originou o Atestado;

8.19. Atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, deverá ter a firma do subscritor reco nhecida em Cartório;

- 8.19.1. Declaração única, em papel timbrado e assinado por um de seus sócios responsáveis com FIRMA RECONHECIDA. (conforme modelo do anexo);
- 8.20. Atestados(s) que façam a menção a quantitativos e outras exigências, quando necessárias, constarão expressamente no ANEXO I deste Edital;
- 8.21. Licença para o funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado;
- 8.22. Autorização para o funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 8.23. Cópia da Autorização Especial, quando a licitante - matriz e/ou filial - cotar preço para os medicamentos sujeitos a controle especial, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- 8.23. Alvará De Vigilância Sanitária, expedido pelo município onde a empresa estiver instalada.
- 8.24. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Federal de Farmácia, ou Conselho Regional, conforme o caso.)
- 8.25- Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da licitante, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa.
- 8.26- O licitante deverá apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a contratada executou de forma satisfatória os serviços de fornecimento com características pertinentes e compatíveis, em quantidade e item com o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar. Pode-se considerar mais de um atestado de comprovação ou soma de notas fiscais, contanto que atenda o objeto (item).

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02:00 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 9.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.6. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 9.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS.

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

10.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam. Serão anulados somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.1. Poderá ser suspensa a sessão nos casos previsto em lei, cancelada em relação a acontecimentos relativos à mesma que possam causar prejuízo à supremacia do interesse e aos princípios norteadores da administração pública, mediante devida análise por parte do agente de contratação com apoio da comissão de contratação. Seguindo a comissão, os demais procedimentos previstos em lei, regulamento, orientações do Tribunal de Contas e jurisprudência pátria dominante.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará

seguindo sucessivamente para homologação nos moldes legais.

13. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

13.1. A garantia da execução observará o disposto no Termo de Referência.

14. **DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O licitante declarado vencedor, terá o prazo de 05 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

14.2.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.2.3.1. Referida Nota empenho quando substituta do contrato, aplica-se em aos negócios no certame, na forma da Lei nº 14.133/2021;

14.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.1. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.3.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.3.4. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP, bem como nos demais sistemas oficiais legal, e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, Contrato ou termo equivalente anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência contrato ou instrumento equivalente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, instrumento ou instrumento equivalente.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, contrato ou instrumento equivalente anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

19.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

19.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.2.2. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.2.3. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, Estado e da União, as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.3. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.3. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS OBSERVA-SE OS SEGUINTE CONCEITOS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo

Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata nos respectivos sistemas eletrônicos estatuídos em lei e regulamentos.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.12. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUATINS - TO, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

21.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

21.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

21.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: **BNC (BANCO NACIONAL DE COMPRAS)**- disponível no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>, www.araguatins.to.gov.br <https://pnpc.gov.br/app/editais> <https://www.tce.to.gov.br/sistemas/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/nº, Bairro Centro, CEP: 77.950-000, nos dias úteis, no horário das 07:00 às 13:00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo

permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

21.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO.

ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

ARAGUATINS - TO, 25 de novembro de 2025

RUY MATOS OLIVEIRA
Secretário de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. contratação de empresa para fornecimento de medicamentos, com a finalidade de atender as demandas município de Araguatins -TO, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACEBROFILINA 10 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 120 ML	FR	280	12,39	3.468,28
2	ACEBROFILINA 5 MG/ML XAROPE PEDIÁTRICO FRASCO 120 ML	FR	280	12,54	3.511,20
3	ACEBROFILINA, 25MG/5ML, XAROPE, FR. 120 ML	FR	700	28,94	20.258,00
4	ACEBROFILINA, 50MG/5ML, XAROPE, FR. 120 ML	FR	420	15,13	6.353,21
5	ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA (3+3MG/ML) IM, SUSPENSÃO INJETÁVEL	AM	280	14,14	3.958,28
6	ACETATO DE HIDROCORTISONA 10MG/G CREME 30G	BI	280	25,26	7.073,72
7	ACETATO DE PREDNISOLONA 1%, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, 5ML	FR	28	24,46	684,79
8	ACETILCISTEINA 10% SOLULÃO INJETÁVEL	AM	420	5,99	2.515,80
9	ACETILCISTEINA 20MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	1008	10,44	10.526,85
10	ACETILCISTEINA 40MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	560	12,59	7.052,25
11	ACETILCISTEÍNA, SACHÊ, GRANULADO 600MG	EN	1400	3,15	4.414,62
12	ACICLOVIR , COMP 200 MG	CO	6300	0,55	3.485,79
13	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,55	774,62
14	ACICLOVIR CREME 50MG/G, 10G	BI	140	5,38	752,74
15	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO	CP	21000	0,39	8.120,70
16	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, COMP. 100 MG	CO	210000	0,07	15.393,00
17	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	16800	1,30	21.784,56

18	ÁCIDO ASCÓRBICO, SOL. INJ. 100 MG/ML	AM	5600	1,30	7.261,52
19	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,12	345,24
20	ÁCIDO FÓLICO, COMP. 5 MG	CO	224000	0,12	27.619,20
21	ÁCIDO PERACÉTICO 0,2% FRASCO/5 LTS	FR	17	170,28	2.894,70
22	ÁCIDO TIÓCTICO 600 MG HR COMP.	CO	420	5,76	2.419,20
23	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG/5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	4200	9,22	38.710,14
24	ÁCIDO VALPRÓICO 250/5 ML XAROPE, FR 100 ML	FR	1400	18,61	26.058,62
25	ÁCIDO VALPROICO 250MG	CO	13300	0,91	12.146,89
26	ÁCIDO VALPROICO 500MG	CO	37800	1,70	64.135,26
27	ÁGUA DESTILADA 10 ML	AM	50400	0,37	18.648,00
28	ÁGUA DESTILADA 250 ML	FR	2520	10,13	25.519,28
29	ÁGUA OXIGENADA 1000 ML	FR	168	11,18	1.878,79
30	ÁGUA PARA INJEÇÃO , AMPOLA 10 ML	AM	8400	0,34	2.856,00
31	ALBENDAZOL , SUSP. ORAL 40 MG/ML – FR.10 ML	FR	14000	2,05	28.746,20
32	ALBENDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	CP	7000	1,27	8.866,90
33	ALBENDAZOL 400 MG/10 ML SOLUÇÃO ORAL	FR	1680	2,03	3.410,40
34	ALBENDAZOL, COMP. MAST. 400 MG	CO	11200	1,27	14.187,04
35	ALBUMINA HUMANA 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 50ML	FR	280	316,39	88.590,12
36	ÁLCOOL 70% 1000 ML	FR	2520	10,00	25.208,32
37	ALDACTONE 100 MG COMPRIMIDO	CP	1400	4,76	6.657,00
38	ALDACTONE 25 MG COMPRIMIDO	CP	1400	3,05	4.270,00
39	ALENDRONATO DE SÓDIO, COMP. 70MG	CO	1120	13,77	15.426,10
40	ALOPURINOL COMP 100 MG	CO	840	0,30	252,00
41	ALOPURINOL COMP 300 MG	CO	840	0,45	378,00
42	ALPRAZOLAM 2MG	CO	1680	0,52	879,14
43	AMBROXOL 15 MG/ 5 ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	1680	6,37	10.696,06
44	AMBROXOL 30 MG/ 5 ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	1680	7,83	13.154,40
45	AMBROXOL ADULTO , XAROPE 30MG/5ML – FR. 100ML	FR	2520	6,18	15.581,92
46	AMBROXOL PEDIÁTRICO, XAROPE 15MG/5ML – FR. 100ML	FR	3360	5,90	19.812,91

47	AMICACINA 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	9,02	3.788,40
48	AMICACINA 500 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	7,98	6.703,20
49	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO	CO	2240	0,37	836,19
50	AMINOFILINA 24MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	3080	5,64	17.381,36
51	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,64	891,38
52	AMIODARONA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	4,79	5.361,10
53	AMIODARONA, CLORIDRATO DE, SOL. INJ. 50MG/ML	AM	280	4,79	1.340,28
54	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 10 MG	CO	840	0,88	736,43
55	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25 MG	CO	71400	0,44	31.180,38
56	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 75 MG	CO	1260	0,85	1.075,16
57	AMOXICILINA , CÁPSULA 500 MG	CO	112000	0,36	39.950,40
58	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500MG+125MG) COMP.	CO	2100	3,23	6.783,00
59	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (50MG+12,5MG)/ML, PÓ P/SUSP. ORAL - FR. 75 ML	FR	420	18,24	7.662,19
60	AMOXICILINA 250 MG/ 5 ML SOLUÇÃO ORAL	FR	1680	8,91	14.968,80
61	AMOXICILINA 500 MG CÁPSULA	CÁ	7000	0,36	2.496,90
62	AMOXICILINA, PÓ P/ SUSP ORAL 50MG/ML- FR. 60 ML	FR	4900	7,19	35.214,83
63	AMOXICILINA, PÓ P/ SUSP. ORAL 50MG/ML- FR. 150 ML	FR	1680	10,27	17.248,06
64	AMOXICILINA+CLAUUVULANATO DE POTÁSSIO 400MG+57MG/5ML	FR	210	21,15	4.441,50
65	AMPICILINA 1G FRASCO AMPOLA	AM	2800	8,59	24.052,00
66	AMPICILINA 250 MG/ 5 ML SOLUÇÃO ORAL	FR	210	9,75	2.046,81
67	AMPICILINA 500 MG CÁPSULA	CO	840	4,79	4.026,37
68	AMPICILINA 500 MG FRASCO AMPOLA	AM	2520	6,06	15.271,20
69	AMPICILINA SÓDICA + SULBACTAN 1,5 G FRASCO AMPOLA	AM	2100	14,63	30.723,00
70	ANLODIPINO (BESILATO), COMP. 10 MG	CO	50400	0,11	5.544,00
71	ANLODIPINO (BESILATO), COMP. 5 MG	CO	56000	0,08	4.480,00

72	ANLODIPINO + BEZAZEPRIL (5/20MG) COMP	CO	630	3,67	2.312,10
73	ARIPIRAZOL 10MG	CO	840	5,65	4.748,77
74	ARIPIRAZOL 15MG	CO	420	5,75	2.416,39
75	ATENOLOL 100 MG COMPRIMIDO	CP	700	0,27	189,00
76	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,11	308,00
77	ATENOLOL, COMP 100 MG	CO	7000	0,27	1.890,00
78	ATENOLOL, COMP. 25 MG	CO	63000	0,07	4.410,00
79	ATENOLOL, COMP. 50 MG	CO	84000	0,11	9.240,00
80	ATORVASTATINA CALCICA 20 MG COMP	CO	420	0,78	326,21
81	ATRACÚRIO 10 MG INJETÁVEL	AM	280	18,61	5.209,88
82	ATROPINA, SULFATO DE, SOL. INJ. 0,25MG/ML	AM	280	1,46	407,88
83	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	CP	2100	1,70	3.570,00
84	AZITROMICINA 600 MG SOLUÇÃO ORAL	FR	336	13,92	4.676,01
85	AZITROMICINA, COMP. 500 MG	CO	29400	1,70	49.980,00
86	AZITROMICINA, PÓ P/ SUSP. ORAL 40MG/ML - 600MG	FR	2100	13,92	29.225,07
87	BACLOFENO 10MG COMP	CO	3360	0,32	1.064,11
88	BENFOTIAMINA 150 MG COMP	CO	840	2,63	2.211,97
89	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI FRASCO AMPOLA	AM	7000	11,36	79.496,90
90	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI PÓ PARA SUSP. INJ.	FR	2520	11,88	29.929,28
91	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI FRASCO AMPOLA	AM	5600	11,77	65.893,52
92	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI, PÓ PARA SUSP INJ	FR	420	12,29	5.160,41
93	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI FRASCO AMPOLA	AM	700	16,45	11.515,00
94	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 400.000 UI FRASCO AMPOLA	AM	280	10,07	2.818,20
95	BENZOATO DE BENZILA 250 MG/ML LOÇÃO TÓPICA FRASCO 100 ML	FR	168	10,78	1.811,04
96	BENZOILMETRONIDAZOL, SUSP. ORAL 40 MG/ML-FR. 80ML	FR	840	14,54	12.210,83
97	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	1,91	800,81
98	BIPERIDENO 2 MG	CO	42000	0,79	33.180,00
99	BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO	CP	700	0,79	553,00

100	BIPERIDENO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	350	4,77	1.668,35
101	BISACODIL 5 MG DRÁGEA	DR	700	0,52	366,31
102	BROMAZEPAM 3MG	CO	6720	0,27	1.792,22
103	BROMAZEPAM 6MG	CO	6720	0,33	2.217,60
104	BROMETO DE FENOTEROL 5MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	FR	1400	11,22	15.701,00
105	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25% GOTAS FRASCO 20 ML	FR	1680	2,19	3.673,66
106	BROMIDRATO DE FENOTEROL, SOL. ORAL E INALAÇÃO 5MG/ML- FR.20 ML	FR	420	11,22	4.710,30
107	BROMOPRIDA 10 MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	5040	2,62	13.221,43
108	BROMOPRIDA 10 MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, IV	AM	840	2,62	2.203,57
109	BROMOPRIDA, GOTAS PEDIÁTRICA, 4MG/ML, FR 10 ML	FR	840	9,69	8.142,37
110	BUDESONIDA 32 MCG. SUSP PARA INALAÇÃO NASAL	FR	70	30,54	2.137,57
111	BUDESONIDA 50 MCG. SUSP PARA INALAÇÃO NASAL	FR	70	50,11	3.507,93
112	BUDESONIDA 50MCG/DOSES, SPRAY NASAL FRASCO 200 DOSES	FR	84	68,47	5.751,76
113	BUPIVACAÍNA 0,25% 20 ML C/V SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	44,52	18.697,01
114	BUPIVACAÍNA 0,25% 20 ML S/V SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	55,66	23.375,81
115	BUPIVACAÍNA 0,5% 20 ML C/V SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	52,55	22.071,00
116	BUPIVACAÍNA 0,5% 20 ML S/V SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1400	46,74	65.436,00
117	BUPIVACAÍNA 0,5% ISOBÁRICA 4 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	20,47	8.596,01
118	BUPIVACAÍNA+GLICOSE 0,5% 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	5,55	2.329,61
119	BUPROPIONA 150MG	CO	2100	0,92	1.925,07
120	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA, SOL. INJ. 4/500 MG/ML	AM	5600	2,41	13.514,48
121	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	2800	2,45	6.850,76

122	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	16800	2,41	40.543,44
123	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML+DIPIRONA SÓDICA 333,4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	FR	560	13,43	7.520,80
124	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, SOL. INJ. 20 MG/ML	AM	2800	2,30	6.449,24
125	CAPTOPRIL , COMP. 25 MG	CO	210000	0,06	13.293,00
126	CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO	CP	21000	0,06	1.329,30
127	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO, FR 100ML	FR	1400	12,99	18.181,38
128	CARBAMAZEPINA 200 MG	CO	84000	4,99	419.160,00
129	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPRIMIDO	CP	700	0,42	296,31
130	CARBAMAZEPINA 200 MG CR	CO	840	0,61	512,40
131	CARBAMAZEPINA 400MG	CO	56000	1,16	64.960,00
132	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	CO	42000	0,45	18.900,00
133	CARBONATO DE LÍTIO 450MG	CO	1680	2,16	3.628,80
134	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 250 G	PO	84	31,80	2.670,78
135	CARVEDILOL 6,25 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,18	252,00
136	CARVEDILOL, COMP. 12,5 MG	CO	25200	0,19	4.788,00
137	CARVEDILOL, COMP. 25 MG	CO	25200	0,26	6.635,16
138	CARVEDILOL, COMP. 3,125 MG	CO	21000	0,19	4.059,30
139	CARVEDILOL, COMP. 6,25 MG	CO	25200	0,18	4.536,00
140	CEDILANIDE 0,2 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	3,00	3.360,00
141	CEFALEXINA 250 MG/ 5 ML SOLUÇÃO ORAL	FR	700	19,30	13.507,69
142	CEFALEXINA 500 MG CÁPSULA	CÁ	8400	1,04	8.736,00
143	CEFALEXINA, CÁPSULA 500 MG	CO	112000	1,04	116.480,00
144	CEFALEXINA, SUSP. ORAL 50 MG/ML – FR.60ML	FR	3360	13,77	46.278,29
145	CEFALOTINA SÓDICA 1G FRASCO AMPOLA	AM	4480	7,93	35.511,62
146	CEFAZOLINA SÓDICA 1G FRASCO AMPOLA	AM	2800	7,96	22.297,24
147	CEFTRIAXONA 1 G, PÓ PARA SOL INJETAVEL ENDOVENOSA	FR	2800	7,16	20.048,00
148	CEFTRIAXONA 500 MG, PÓ PARA SOL INJETAVEL, VIA ENDOVENOSA	FR	840	8,18	6.868,43

149	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G IV FRASCO AMPOLA	AM	7560	7,16	54.129,60
150	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG IV FRASCO AMPOLA	AM	560	8,18	4.578,95
151	CETOCONAZOL 20MG/G XAMPU 100 ML	FR	280	10,84	3.034,28
152	CETOCONAZOL, COMP. 200 MG	CO	21000	0,58	12.249,30
153	CETOCONAZOL, CRÈME 20MG/G - 30G	BI	4200	5,27	22.134,00
154	CETOPROFENO 100 MG COMPRIMIDO	CO	420	2,28	957,60
155	CETOPROFENO 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL EV	AM	2240	6,67	14.948,19
156	CETOPROFENO 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL IM	AM	1960	2,21	4.325,13
157	CIMETIDINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 150MG/ML	AM	2800	1,71	4.788,00
158	CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO	CP	8400	0,71	5.991,72
159	CINARIZINA, COMP. 25MG	CO	12600	0,52	6.510,42
160	CINARIZINA, COMP. 75 MG	CO	21000	0,71	14.979,30
161	CIPROFIBRATO COMP 100 MG	CO	2100	0,74	1.547,07
162	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	1680	12,58	21.139,94
163	CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO	CP	3360	0,52	1.758,29
164	CIPROFLOXACINO, COMP 500 MG	CO	42000	0,52	21.978,60
165	CISATRACÚRIO 5MG/2,5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	35,23	9.863,48
166	CITALOPRAM 20 MG	CO	6300	0,52	3.255,21
167	CLARITROMICINA COMP 250MG	CO	420	11,77	4.943,40
168	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	2800	4,25	11.909,24
169	CLINDAMICINA 300 MG CAPSULAS	CA	420	5,36	2.251,20
170	CLOBAZAM 10MG COMP	CO	840	2,67	2.242,80
171	CLONAZEPAM 0,5 MG	CO	42000	0,11	4.758,60
172	CLONAZEPAM 2,0 MG	CO	75600	0,11	8.565,48
173	CLONAZEPAM 2,5 MG SOLUÇÃO ORAL, FR 20 ML	FR	1400	10,39	14.550,62
174	CLOPIDOGREL 75MG COMP	CO	1260	0,73	915,64
175	CLORANFENICOL 1 G FRASCO AMPOLA	AM	280	24,82	6.949,60
176	CLORANFENICOL 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	FR	70	39,67	2.776,55

177	CLORETO DE POTÁSSIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AM	3360	1,04	3.477,60
178	CLORETO DE POTÁSSIO 6% SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	140	3,00	419,54
179	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	AM	3360	0,95	3.192,00
180	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL. NASAL - FR.30ML	FR	560	11,11	6.219,75
181	CLORIDRATO DE ALFENTANILA 0,544MG/ML 10 ML	FR	280	31,50	8.820,00
182	CLORIDRATO DE AMANTADINA, 100 MG COMP	CO	3360	1,73	5.812,80
183	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG	CO	1260	3,06	3.851,44
184	CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 25MG + LEVODOPA (L-DOPA) 100 MG, COMP CONVENCIONAL	CO	1680	2,34	3.936,74
185	CLORIDRATO DE BENSERAZIDA 50MG + LEVODOPA (L-DOPA) 200 MG, COMP CONVENCIONAL	CO	1680	4,19	7.039,20
186	CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 150 MG	CO	420	6,47	2.717,40
187	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10MG	CO	840	2,17	1.820,03
188	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 5MG	CO	420	1,26	530,59
189	CLORIDRATO DE DULOXETINA CAPS 30MG LIBERAÇÃO RETARDADA	CA	630	2,05	1.293,58
190	CLORIDRATO DE DULOXETINA CAPS 60MG LIBERAÇÃO RETARDADA	CA	630	3,33	2.097,90
191	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA, SOL. INJ. 2% S/ VASOC. 20 ML	FR	420	9,71	4.078,20
192	CLORIDRATO DE METADONA 5MG	CA	252	1,81	456,12
193	CLORIDRATO DE METADONA 10MG	CA	252	2,83	712,33
194	CLORIDRATO DE METILFENIDATO, CAPSULA 10MG, APRESENTAÇÃO: CÁPSULA GELATINOSA COM MICROGRÂNULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA (LA)	CA	588	3,18	1.871,78
195	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	CO	1260	1,26	1.587,60
196	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG	CO	630	11,31	7.125,30

197	CLORIDRATO DE NALOXONA 0,4MG/ML IM/IV/SC	AM	280	13,54	3.791,20
198	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG COMP	CO	840	1,02	856,80
199	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	CA	420	1,88	788,21
200	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	CA	420	1,52	637,01
201	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4 MG	CO	420	2,09	876,41
202	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 40 MG	CO	2100	1,38	2.887,50
203	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100MG	CO	840	3,79	3.183,60
204	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 25 MG	CO	840	2,59	2.175,60
205	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 50MG	CO	840	2,62	2.200,80
206	CLORIDRATO DE TRAMADOL, CAPSULAS 100 MG	CA	4200	7,39	31.051,86
207	CLORIDRATO DE TRAMADOL, CAPSULAS 50 MG	CA	14000	0,75	10.453,80
208	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG	CO	420	1,51	632,81
209	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	CO	420	0,92	386,40
210	CLORIDRATO DE VERAPAMIL, COMP 80 MG	CO	420	0,60	252,00
211	CLORPROMAZINA 100MG	CO	42000	0,73	30.521,40
212	CLORPROMAZINA 25MG	CO	28000	0,38	10.640,00
213	CLORPROMAZINA 40MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	FR	350	13,07	4.573,35
214	CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	6,62	7.410,70
215	CODEÍNA 30MG COMP	CO	2100	1,27	2.673,93
216	COLAGENASE COM CLORANFENICOL POMADA 30 G	BI	1680	14,61	24.539,26
217	COLAGENASE COM CLORANFENICOL, POMADA 0,6 U/G + 0,01G/G - 30G	BI	1680	14,61	24.539,26
218	COLECALCIFEROL (VITAMINA D3), CAPSULA MOLE 10.000 UI	CA	560	2,54	1.424,25
219	COLECALCIFEROL (VITAMINA D3), CAPSULA MOLE 50.000 UI	CA	280	8,42	2.357,60
220	COLÍRIO ANESTÉSICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL FRASCO 5 ML	FR	70	31,44	2.200,45
221	COLÍRIO ARGIROL 10% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	FR	84	15,40	1.293,18
222	COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	28000	1,94	54.320,00
223	DACTIL 0B COMPRIMIDO	CP	280	19,75	5.528,60

224	DEFLAZACORTE 30 MG COMPRIMIDO	CO	420	19,23	8.075,21
225	DETERGENTE ENZIMÁTICO 5 LTS	GA	34	187,76	6.383,84
226	DEXAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA, SOLUÇÃO OFTÁLMICA (1MG+3,5MG)	FR	28	15,97	447,16
227	DEXAMETASONA 0,1% CREME SOLUÇÃO TÓPICA	BI	1400	2,58	3.607,38
228	DEXAMETASONA 0,1MG/ML ELIXIR	FR	280	4,90	1.372,92
229	DEXAMETASONA 4MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	16800	2,61	43.848,00
230	DEXAMETASONA COMP 4MG	CO	1400	0,39	550,62
231	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	FR	840	7,78	6.532,43
232	DEXAMETASONA SUSPENSÃO OFTÁLMICA 0,1%	FR	70	14,88	1.041,60
233	DEXAMETASONA, CREME 0,1% - 10G	BI	4200	2,58	10.822,14
234	DEXAMETASONA, FOSFATO DISSÓDICO, SOL. INJ. 4MG/ML	AM	7000	2,09	14.630,00
235	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/ 5 ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	1680	4,49	7.543,20
236	DEXCLORFENIRAMINA, COMP. 2 MG	CO	56000	0,09	5.224,80
237	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO + BETAMETASONA, VALERATO 0,4 + 0,05 MG/ML XAROPE 120 ML	FR	1680	9,40	15.797,54
238	DEXCLORFENIRAMINA, SOL. ORAL 0,4 MG/ML- FR. 100ML	FR	4200	3,52	14.797,86
239	DIAZEPAM 10 MG COMPRIMIDO	CP	7000	0,10	676,90
240	DIAZEPAM 10 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	5040	1,56	7.845,77
241	DIAZEPAM 10MG	CO	42000	0,10	4.061,40
242	DIAZEPAM 5 MG COMPRIMIDO	CP	31360	0,15	4.600,51
243	DICLOFENACO DE SÓDIO 75 MG/3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	11200	1,57	17.620,96
244	DICLOFENACO SÓDICO, SOL. INJ. 75 MG/3ML	AM	8400	1,57	13.215,72
245	DIFENIDRAMINA 50MG/ML IM/EV	AM	560	32,41	18.147,75
246	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO	CP	67200	0,37	24.528,00
247	DIMENIDRINATO 50 MG+VITAMINA B6 50 MG DILUÍDO 10 ML IV SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	19,70	11.032,00

248	DIMENIDRINATO 50 MG+VITAMINA B6 50 MG IM 1 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	5040	7,95	40.042,80
249	DIMETICONA 40 MG COMPRIMIDO	CO	6720	0,21	1.389,02
250	DIMETICONA 75 MG/ ML GOTAS FRASCO 15 ML	FR	2240	2,98	6.667,81
251	DIPIRONA SÓDICA , SOL. ORAL 500 MG/ML-FR. 10ML	FR	7000	2,22	15.516,90
252	DIPIRONA SÓDICA 500 MG./ML GOTAS FRASCO 15 ML	FR	2520	4,05	10.214,32
253	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	28000	1,14	31.920,00
254	DIPIRONA SÓDICA, COMP. 500 MG	CO	280000	0,22	62.524,00
255	DIPIRONA SÓDICA, SOL. INJ. 500 MG/ML	AM	8400	1,14	9.548,28
256	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 200MCG/DOSE - PÓ PARA INALAÇÃO ORAL	FR	70	129,63	9.073,87
257	DOBUTAMINA 12,5MG/ML 20 ML	AM	560	10,91	6.107,75
258	DOMPERIDONA 10 MG COMPRIMIDO	CO	1176	0,36	423,36
259	DOPAMINA 50 MG/10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	6,61	2.777,59
260	DOXAZOSINA 2MG COMP	CO	546	0,20	111,00
261	DOXICICLINA COMP 100 MG	CO	420	2,39	1.005,19
262	EFEDRINA 50MG/ML IM/SC/EV	AM	560	10,23	5.726,95
263	EFORTIL 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	3,18	2.673,97
264	EFORTIL 7,5 MG/ ML GOTAS FRASCO 20 ML	FR	84	13,23	1.110,90
265	ENALAPRIL , COMP. 20 MG	CO	84000	0,10	8.122,80
266	ENALAPRIL 10 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,10	144,62
267	ENALAPRIL 20MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMP	CO	840	1,97	1.657,57
268	ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,17	242,62
269	ENALAPRIL COMP 5 MG	CO	21000	0,17	3.639,30
270	ENALAPRIL, COMP. 10 MG	CO	92400	0,10	9.240,00
271	ENOXAPARINA 100 MG C/SERINGA SC SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	140	37,86	5.299,70
272	ENOXAPARINA 20 MG/0,2ML C/SERINGA SC SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	280	22,30	6.244,92

273	ENOXAPARINA 20 MG/0,2ML C/SERINGA SC(SUBCUTANEA) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SE	280	22,30	6.244,92
274	ENOXAPARINA 40 MG/0,4ML C/SERINGA SC (SUBCUTANEA) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SE	1960	25,36	49.712,07
275	ENOXAPARINA 60 MG/0,6ML C/SERINGA SC (SUBCUTANEA) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SE	280	32,68	9.150,40
276	ENOXAPARINA 80 MG/0,8ML C/SERINGA SC (SUBCUTANEA) SOLUÇÃO INJETÁVEL	SE	140	51,80	7.252,00
277	EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1540	1,53	2.351,12
278	ERGOMETRINA 0,2 MG COMPRIMIDO	CP	700	3,04	2.128,00
279	ERGOMETRINA 0,2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	2240	3,81	8.534,40
280	ERITROMICINA 250MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FR	280	14,11	3.950,80
281	ERITROMICINA 500 MG COMPRIMIDO	CP	3360	3,92	13.154,40
282	ERITROMICINA CRÈME OFTALMICO	BI	140	30,25	4.235,00
283	ESCITALOPRAM 10 MG	CO	420	1,07	448,01
284	ESCITALOPRAM 20 MG	CO	420	1,44	603,41
285	ESCITALOPRAM 20MG/ML GOTAS	FR	70	32,69	2.288,30
286	ESPIRAMICINA, COMP 500 MG	CO	19040	9,97	189.891,63
287	ESPIRONOLACTONA, COMP. 100 MG	CO	2100	1,55	3.255,00
288	ESPIRONOLACTONA, COMP. 25 MG	CO	33600	0,56	18.816,00
289	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG COMPRIMIDO	CP	336	3,14	1.053,36
290	ETINILESTRADIOL +CIPROTERONA, COMP. 0,035MG + 2MG, CARTELA COM 21	CA	42	17,56	737,66
291	ETOMIDATO 20 MG/10ML INJETÁVEL	AM	350	19,87	6.954,50
292	ETORICOXIBE 60MG COMP	CO	196	8,88	1.741,13
293	EZETIMIBA + SINVASTATINA (10+20MG) COMP	CO	546	2,45	1.339,50
294	FENITOÍNA 100 MG	CO	56000	0,37	20.535,20
295	FENITOINA 100 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,37	1.026,76
296	FENITOÍNA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	5,25	4.407,23
297	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO	CP	56700	0,42	23.626,89

298	FENOBARBITAL 200 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	4,55	5.092,30
299	FENOBARBITAL 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	FR	770	9,44	7.266,26
300	FENTANILA 50 MCG/ML 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	6,99	1.956,28
301	FENTANILA, CITRATO 0,05 MG/ML 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	18,40	5.151,08
302	FERRO III (FERRIPOLIMALTOSE) 100 MG + ÁCIDO FÓLICO 0,35 MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL.	CO	840	4,54	3.809,40
303	FERRO III (FERRIPOLIMALTOSE) 100 MG, COMPRIMIDO MASTIGÁVEL.	CO	1260	3,99	5.027,40
304	FERRO III (FERRIPOLIMALTOSE) 50 MG, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, 30 ML.	FR	140	48,13	6.737,74
305	FERRO III (SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO), SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA 20 MG/ML (100 MG/5 ML), 5 ML.	AM	840	20,75	17.432,77
306	FINASTERIDA COMP 5 MG	CO	546	1,78	971,88
307	FITOMENADIONA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	2520	4,65	11.709,68
308	FLEET ENEMA 130 ML.	UN	420	17,77	7.462,01
309	FLUCONAZOL 150 MG COMPRIMIDO	CP	17640	0,92	16.287,01
310	FLUMAZENIL 0,1MG/ML 5 ML	AM	280	13,08	3.662,40
311	FLUOCINOLONA ACETONIDA 0,275MG, SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG, SULFATO DE POLIMIXINA B11.000UI, CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG , SOLUÇÃO OTOLÓGICA	BI	280	11,37	3.182,20
312	FLUOXETINA 20MG	CO	56000	0,14	7.840,00
313	FLUOXETINA 20MG/MLGOTAS	FR	140	52,85	7.399,00
314	FOLINATO DE CÁLCIO (ÁCIDO FOLÍNICO) 15 MG COMP	CO	420	3,83	1.609,99
315	FORMOL 10% 1000 ML	FR	280	38,76	10.851,88
316	FORMOL 37% 1000 ML	FR	34	64,03	2.177,02
317	FOSFATO DE SITAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 50MG/1000MG COMP	CO	1680	6,57	11.032,06
318	FOSFOMICINA TROMETAMOL, ENVELOPE DE GRANULADO 8G.	EN	210	69,05	14.499,81

319	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	11200	1,20	13.476,96
320	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO	CP	7000	0,62	4.340,00
321	FUROSEMIDA, COMP. 40 MG	CO	100800	0,62	62.496,00
322	FUROSEMIDA, SOL. INJ. 10 MG/ML	AM	5600	1,17	6.570,48
323	GABAPENTINA 300MG COMP	CO	3360	0,86	2.889,60
324	GALANTAMINA 8MG COMP	CO	504	7,84	3.951,36
325	GEL DE CONTATO PARA ULTRA-SONOGRAFIA 1 KG	PO	336	16,98	5.704,17
326	GENTAMICINA 20 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	2,33	1.957,20
327	GENTAMICINA 40 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	1,93	1.621,20
328	GENTAMICINA 80 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1680	1,77	2.979,14
329	GLIBENCLAMIDA 5 MG COMPRIMIDO	CP	638400	0,09	59.562,72
330	GLICAZIDA COMP 30 MG, COMP LIBERAÇÃO PROLONGADA	CO	10080	0,54	5.409,94
331	GLICAZIDA COMP 60 MG, COMP LIBERAÇÃO PROLONGADA	CO	5040	1,28	6.467,83
332	GLICERINA PARA LAVAGEM INTESTINAL 12% 500 ML	FR	168	20,78	3.491,04
333	GLICONATO DE CÁLCIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	2,95	1.652,00
334	GLICOSE 25% 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AM	12040	0,85	10.234,00
335	GLICOSE 50% 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	AM	12040	0,85	10.194,27
336	GLIMEPIRIDA COMP 2 MG	CO	16800	0,24	4.087,44
337	GLIMEPIRIDA COMP 4 MG	CO	8400	0,38	3.219,72
338	GUACO, (MIKANIA GLOMERATA), XAROPE 120 ML	FR	1680	9,28	15.595,94
339	HALOPERIDOL 2MG/ML SUSPENSÃO	FR	70	7,84	549,03
340	HALOPERIDOL 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1960	4,24	8.303,93
341	HALOPERIDOL 5MG	CO	63700	0,35	22.295,00
342	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG INJETÁVEL	AM	4200	12,98	54.516,00
343	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG COMP	CO	630	1,27	798,02
344	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25 ML SOL INJETAVEL SUBCUTÂNEA	AM	812	13,08	10.620,96

345	HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	10,67	5.973,35
346	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMPRIMIDO	CP	8400	0,07	560,28
347	HIDROCLOROTIAZIDA, COMP 25 MG	CO	630000	0,07	42.021,00
348	HIDROCORTISONA 100 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	8400	4,89	41.076,00
349	HIDROCORTISONA 100 MG, SUCCINATO SÓDICO - PÓ PARA SOL. INJ	AM	1120	4,89	5.473,10
350	HIDROCORTISONA 500 MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	8400	9,00	75.627,72
351	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO - PÓ PARA SOL. INJ	AM	1120	9,00	10.083,70
352	HIDROXICLOROQUINA 400 MG COMP	CO	420	3,68	1.544,21
353	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 300 MG	CO	2800	8,29	23.212,00
354	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5MG/ML	FR	1120	12,65	14.171,70
355	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 62 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	1120	5,74	6.428,80
356	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, SUSP. ORAL (40 MG + 60 MG)/ML	FR	700	10,65	7.455,00
357	IBUPROFENO , COMP. 300 MG	CO	210000	0,24	49.707,00
358	IBUPROFENO , SUSP. ORAL 50 MG/ML - FR.30ML	FR	8400	5,78	48.579,72
359	IBUPROFENO, COMP. 600 MG	CO	301000	0,29	87.290,00
360	IMUNOGLOBULINA ANTI RH 300 MCG 1,5 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	168	443,22	74.460,96
361	IMUNOGLOBULINA ANTI RHO (D), SOLUÇÃO INJETÁVEL 300 MCG (1500UI), SERINGA 2ML.	SE	56	443,88	24.857,28
362	INDAPAMIDA 1,5MG COMP REVESTIDO	CO	1680	0,39	660,74
363	INIBINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	31,82	8.909,60
364	INSULINA ASPARTE, SOL INJ 100 UI/ML, 3 ML,SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDO	CA	168	82,41	13.844,88
365	INSULINA DEGLUDECA, SOL INJ 100 UI/ML, 3 ML,SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDO	CA	98	358,98	35.179,72

366	INSULINA DETERMIR, SOL INJ 100 UI/ML, 3 ML, SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDO	CA	42	205,33	8.623,86
367	INSULINA GLARGINA SOL. INJ. 100 UI/ML , 3 ML, SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDO	CA	560	130,40	73.022,15
368	INSULINA GLARGINA SOL. INJ. 100 UI/ML , FR 10 ML	FR	140	371,30	51.981,54
369	INSULINA GLULISINA, SOL. INJ. 100UI/ML, 3 ML,SISTEMA DE APLICAÇÃO PREENCHIDO	CA	42	236,52	9.933,84
370	INSULINA HUMANA NPH 100 UI/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	168	63,53	10.673,04
371	INSULINA HUMANA NPH, SUSP INJETÁVEL 100UI/ML, 10 ML	FR	140	102,47	14.345,10
372	INSULINA HUMANA REGULAR 100 UI/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	336	101,63	34.147,68
373	INSULINA HUMANA REGULAR, SOLUÇÃO INJETÁVEL 100UI/ML, 10 ML	FR	70	101,63	7.114,10
374	INSULINA LISPRO, SOL. INJ. 100 UI/ML, FR 10 ML.	FR	42	181,06	7.604,52
375	IODETO DE POTÁSSIO 10MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	FR	84	15,38	1.291,64
376	IPRATRÓPIO (BROMETO DE), SOL. INALANTE 0,25 MG/ML-FR.20ML	FR	560	2,35	1.314,15
377	ISOSSORBIDA 05 MG COMPRIMIDO SUB-LINGUAL	CP	2800	0,78	2.174,76
378	ISOSSORBIDA 10 MG COMPRIMIDO	CP	1400	0,89	1.241,38
379	ISOSSORBIDA, DINITRATO, COMP SUBLINGUAL 5 MG	CO	420	0,78	326,21
380	ITRACONAZOL 10MG/ML SOL. ORAL	FR	70	34,51	2.415,35
381	ITRACONAZOL, CÁPSULA 100MG	CO	4200	1,35	5.683,86
382	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO	CP	1400	1,01	1.414,00
383	IVERMECTINA, COMP. 6 MG	CO	21000	1,01	21.210,00
384	KETAMIN 50 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	105,90	29.651,08
385	LACTULOSE 667 MG/ML XAROPE , FR 100 ML	FR	560	19,89	11.138,40
386	LAMOTRIGINA 25MG	CO	420	0,93	391,99
387	LAMOTRIGINA 50MG	CO	420	1,37	574,01
388	LEGALON 70 MG COMPRIMIDO	CP	392	54,04	21.182,39

389	LEVANLODIPINO BENSILATO 2,5MG COMP	CO	840	2,36	1.985,17
390	LEVODOPA + CARBIDOPA 200 MG + 50 MG COMP	CO	840	6,70	5.628,00
391	LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG + 25 MG COMP	CO	840	2,99	2.508,83
392	LEVOFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO	CO	1176	5,89	6.922,76
393	LEVOTIROXINA 37,5MG COMP	CO	630	0,51	319,22
394	LEVOTIROXINA 75MG COMP	CO	630	0,53	335,98
395	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	CO	420	0,54	225,41
396	LEVOTIROXINA SÓDICA 37,5 MCG	CO	420	0,51	212,81
397	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	CO	420	0,51	214,20
398	LIDOCAINA 100MG/ML SOLUÇÃO TÓPICA SPRAY	FR	168	70,09	11.774,57
399	LIDOCAINA 2% C/V SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	140	10,14	1.419,14
400	LIDOCAINA 2% GELEIA BISNAGA / 30G	BI	2100	11,62	24.402,00
401	LIDOCAINA 2% S/V 20 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	3360	7,36	24.740,69
402	LINCOMICINA 600/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	24,85	10.437,00
403	LORATADINA , XAROPE 1MG/ML-FR.100ML	FR	4060	7,98	32.412,20
404	LORATADINA, COMP. 10 MG	CO	56000	0,15	8.215,20
405	LORAZEPAM 2MG	CO	840	1,43	1.198,43
406	LOSARTANA 25MG COMP	CO	2100	1,09	2.295,93
407	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,72	2.016,00
408	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG COMPRIMIDO	CP	823200	0,11	87.835,44
409	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 100MG	CO	56000	1,42	79.520,00
410	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25MG	CO	42000	0,71	29.820,00
411	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML GOTAS	FR	140	22,40	3.135,30
412	MEBENDAZOL 100 MG COMPRIMIDO	CO	4480	0,59	2.643,20
413	MEBENDAZOL 20 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	FR	2940	3,82	11.221,10
414	MELOXICAM 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	336	20,77	6.977,61

415	MEMANTINA 10MG	CO	840	0,33	274,43
416	MEROPENEM 500MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	19,78	8.307,60
417	MEROPENEM1G SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	26,48	11.120,21
418	METFORMINA 500 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA COMP.	CO	2100	0,21	447,93
419	METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO	CP	7700	0,27	2.053,59
420	METFORMINA, COMP. 500 MG	CO	112000	0,21	23.889,60
421	METFORMINA, COMP. 850 MG	CO	630000	0,27	168.021,00
422	METILDOPA , COMP. 250 MG	CO	56000	0,67	37.520,00
423	METILDOPA , COMP. 500 MG	CO	29400	1,89	55.566,00
424	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	FR	840	3,11	2.609,63
425	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	16800	1,17	19.711,44
426	METOCLOPRAMIDA, COMP. 10 MG	CO	25200	0,51	12.768,84
427	METOCLOPRAMIDA, SOL. ORAL 4 MG/ML- FR.10ML	FR	1120	3,11	3.479,50
428	METOPROLOL 50MG, COMP DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CO	1092	1,77	1.932,84
429	METRONIDAZOL 200 MG/5 ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	1008	16,38	16.507,71
430	METRONIDAZOL 5MG/ML 100 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	5040	7,72	38.925,43
431	METRONIDAZOL, COMP. 250 MG	CO	77000	0,31	23.615,90
432	METRONIDAZOL, COMP. 400 MG	CO	8400	0,80	6.692,28
433	METRONIDAZOL, GEL VAGINAL 10% - 50G	BI	3920	10,61	41.578,26
434	MICONAZOL (NITRATO DE), 2%, CREME	BI	280	14,68	4.109,48
435	MICONAZOL (NITRATO DE), 2%, GEL ORAL	BI	140	58,92	8.249,26
436	MICONAZOL (NITRATO DE), CREME VAGINAL 2% - 60G	BI	3360	20,35	68.364,91
437	MIDAZOLAM 15 MG COMPRIMIDO	CP	1540	3,59	5.523,52
438	MIDAZOLAM 15 MG/3ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	3,59	3.018,37
439	MIDAZOLAM 5 MG/5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	4,52	2.533,05
440	MIRTAZAPINA 30 MG	CO	840	1,80	1.509,23
441	MORFINA 30 MG COMPRIMIDO	CP	350	2,96	1.037,16

442	MORFINA, SULFATO 0,2MG/1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	9,82	5.501,05
443	MORFINA, SULFATO 2MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	350	13,87	4.855,66
444	NALBUFINA 10 MG/ML IM/EV/SC	AM	560	23,62	13.229,05
445	NALTREXONA 50 MG	CO	6300	6,49	40.866,21
446	NEOMICINA + BACITRACINA CREME	BI	1680	8,04	13.507,20
447	NEOMICINA+BACITRACINA, POMADA 5MG/G + 250UI/G - 10G	BI	6300	3,77	23.751,00
448	NEOSTIGMINA 0,5MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	1,84	514,28
449	NIFEDIPINA 10 MG CÁPSULA MOLE SUB-LINGUAL	CÁ	1680	1,02	1.713,60
450	NIFEDIPINO 10 MG COMPRIMIDO.	CP	5600	0,42	2.333,52
451	NIFEDIPINO 20MG COMP	CO	4200	0,38	1.596,00
452	NIFEDIPINO COMP. 10 MG	CO	25200	0,41	10.415,16
453	NILPERIDOL INJETÁVEL	AM	280	29,83	8.353,32
454	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO	CP	16800	0,15	2.520,00
455	NIMESULIDA 100 MG/ML GOTAS FRASCO 15 ML	FR	1008	3,63	3.662,37
456	NIMODIPINA 30 MG COMPRIMIDO	CP	700	21,29	14.899,50
457	NISTATINA , SUSP. ORAL 100.000 UI/ML - FR. 50ML	FR	770	6,65	5.120,50
458	NISTATINA, CREME VAGINAL 25.000UI/G - 60G	BI	3360	15,32	51.475,20
459	NITROFURANTOÍNA, 5MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	FR	70	31,50	2.205,00
460	NITROFURANTOÍNA, CAPS 100 MG	CO	4200	0,67	2.800,14
461	NORADRENALINA (NOREPINEFRINA) 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	140	2,26	315,94
462	NORADRENALINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	840	2,25	1.887,23
463	NORFLOXACINA 400 MG COMPRIMIDO	CP	3360	1,63	5.476,80
464	NORIPURUM 100 MG/ 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA	AM	1120	19,52	21.866,10
465	OLANZAPINA 10MG	CO	840	1,32	1.108,80
466	OLANZAPINA 2,5MG	CO	840	0,66	557,17
467	OLANZAPINA 5MG	CO	840	0,73	615,97
468	OLEO CICATRIZANTE A BASE DE A.G.E 200 ML	FR	1330	11,00	14.625,61
469	ÓLEO MINERAL, FRASCO 100 ML	FR	1330	6,92	9.207,99

470	OLMESARTANA MEDOXOMILA + HIDROCLOROTIAZIDA (40+25)mg COMP	CO	840	1,34	1.122,83
471	OMEPRAZOL 40 MG CÁPSULA	CÁ	14000	0,26	3.640,00
472	OMEPRAZOL 40 MG FRASCO AMPOLA INJETÁVEL	FR	6160	13,42	82.667,20
473	OMEPRAZOL, CÁPSULA 20 MG	CA	224000	0,14	30.620,80
474	OMEPRAZOL, CÁPSULA 40 MG	CA	112000	0,39	43.310,40
475	ONDANSETRONA 8MG/4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	560	2,88	1.610,95
476	ONDANSETRONA 2 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	1,84	2.064,50
477	ORLISTATE 120MG CAPSULA	CA	420	3,87	1.624,01
478	OTOMICINA SOLUÇÃO OTOLÓGICA GOTAS FRASCO 10 ML	FR	168	12,16	2.042,88
479	OXACILINA 500 MG FRASCO AMPOLA	AM	3500	9,40	32.888,45
480	OXCARBAZEPINA 300MG	CO	420	1,46	613,20
481	OXCARBAZEPINA SUSPENSÃO ORAL 60MG/ML FRASCO COM 100 ML	FR	70	77,62	5.433,17
482	OXIBUTININA 5MG COMP	CO	3024	1,77	5.342,50
483	OXITOCINA 5 UI/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	840	6,27	5.269,57
484	PACO 500MG COMPRIMIDO	CP	700	2,92	2.041,69
485	PANCURÔNIO 2MG/ML INJETÁVEL	AM	280	10,55	2.953,08
486	PANTOPRAZOL 40MG COMP	CO	2100	1,08	2.274,93
487	PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS FRASCO 15 ML	FR	2240	2,31	5.167,01
488	PARACETAMOL 500 MG, FOSFATO DE CODEÍNA 30 MG, COMP.	CO	3360	0,46	1.556,69
489	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDO	CO	91000	0,25	22.750,00
490	PARACETAMOL, COMP. 500 MG	CO	224000	0,14	32.099,20
491	PARACETAMOL, SOL. ORAL. 200 MG/ML-FR. 10ML	FR	8400	2,88	24.219,72
492	PAROXETINA 10 MG	CO	420	1,37	573,30
493	PAROXETINA 20 MG	CO	42000	0,54	22.541,40
494	PASTA D'ÁGUA 100G FRASCO	BI	448	11,78	5.277,44
495	PENTOXIFILINA 400MG COMP	CO	1260	3,08	3.880,80
496	PERMAGANATO DE POTÁSSIO PÓ CX/10 ENVELOPES	CX	70	11,58	810,37
497	PERMETRINA, LOÇÃO 1% - FR.60ML	FR	1120	13,18	14.757,90
498	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1120	33,46	37.475,20

499	PIRACETAN 200 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	350	4,86	1.701,00
500	PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 100 MG	CO	2100	1,45	3.038,07
501	PIRIMETAMINA 25 MG COMP	CO	420	0,22	92,40
502	PIROXICAM 10MG/ML GOTAS FRASCO 10 ML	FR	70	24,46	1.711,85
503	PIROXICAM 20 MG CÁPSULA	CO	420	1,21	506,10
504	PIROXICAM 20MG/MLSOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	140	27,91	3.907,40
505	POLIVITAMINICO , COMPLEXO B, COMP	CO	84000	0,25	21.000,00
506	POLIVITAMINICO E POLIMINERAL , COMP OU CÁPS.COMP OU CÁPS	CO	63000	0,44	27.512,10
507	POLIVITAMÍNICO E POLIMINERAL PARA GESTANTES.	CO	8400	3,76	31.611,72
508	POLIVITAMINICO SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	168	20,24	3.400,32
509	POLIVITAMINICO, SUSP. ORAL – FR. COM 120 ML	FR	1120	30,13	33.741,90
510	POLVIDINE DEGERMANTE 1000 ML	FR	588	49,41	29.053,08
511	POLVIDINE TÓPICO 1000 ML	FR	756	54,21	40.985,25
512	PREDNISOLONA 20MG COMP	CO	4200	0,88	3.682,14
513	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO, SOLUÇÃO ORAL 3MG/ML – FR. 100ML	FR	1400	12,81	17.929,38
514	PREDNISONA , COMP. 20 MG	CO	56000	0,58	32.480,00
515	PREDNISONA, COMP. 5 MG	CO	56000	0,16	9.144,80
516	PREDNIZONA 20 MG COMPRIMIDO	CP	336	0,58	194,88
517	PREDNIZONA 5 MG COMPRIMIDO	CP	336	0,16	54,87
518	PREGABALINA 150MG CAPSULA	CO	840	0,81	677,63
519	PROMESTRIENO 10MG/G, CREME VAGINAL 30G, COM APLICADORES	BI	280	81,67	22.867,60
520	PROMETAZINA 25 MG COMPRIMIDO	CP	7000	0,27	1.890,00
521	PROMETAZINA 25 MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	11200	5,39	60.331,04
522	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25MG	CO	112000	0,27	30.240,00
523	PROMETAZINA, SOL INJ. 25MG/ML, AMPOLA 2 ML	AM	2100	3,90	8.190,00
524	PROPOFOL 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	13,62	3.813,60
525	PROPRANOLOL, COMP. 40 MG	CO	84000	0,19	16.237,20
526	PROPRANONOL 40 MG COMPRIMIDO	CP	5040	0,19	974,23
527	QUETIAPINA 100MG	CO	840	0,72	602,03

528	QUETIAPINA 200MG	CO	840	1,42	1.190,03
529	QUETIAPINA 25MG	CO	840	0,34	285,60
530	RANITIDINA 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	19600	1,76	34.496,00
531	RISPERIDONA 1MG	CO	56000	0,23	12.695,20
532	RISPERIDONA 2MG	CO	63000	0,24	14.912,10
533	RISPERIDONA 3MG	CO	63000	0,38	23.732,10
534	RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FR	840	30,29	25.443,60
535	RIVAROXABANA 20 mg, COMP.	CO	840	0,97	817,57
536	RONCURON 50MG/5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	140	24,53	3.433,74
537	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20MG COMP	CO	840	0,48	405,97
538	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILIZADO 200 MG. PÓ ORAL CX/06	CX	840	29,37	24.670,80
539	SACCHAROMYCES BOULARDII-17 LIOFILIZADOS 100 MG.CÁPSULA FRASCO/12	FR	504	30,03	15.133,46
540	SACUBITRIL + VALSARTANO (24MG + 26MG) COM 60 COMP	CO	420	8,25	3.463,61
541	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL ENV/ 27.9G	EN	2800	2,60	7.289,24
542	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ PARA SOL. ORAL 27,9G	EN	5600	2,60	14.578,48
543	SALBUTAMOL (SULFATO), AEROSOL ORAL 100 ug/dose - 200 DOSES	FR	2100	19,41	40.761,00
544	SALBUTAMOL (SULFATO), SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 5MG/ML	FR	140	30,25	4.234,30
545	SALBUTAMOL 2 MG/ ML XAROPE FRASCO 120 ML	FR	1050	9,73	10.216,50
546	SECNIDAZOL 1G COMP	CO	4200	2,18	9.156,00
547	SERTRALINA 25 MG	CO	2100	1,50	3.156,93
548	SERTRALINA 50 MG	CO	33600	0,79	26.433,12
549	SEVOFLURANO 100% 250ML	FR	280	620,38	173.707,32
550	SIMETICONA, EMULSÃO ORAL 75MG/ML - FR.15ML	CO	700	3,92	2.741,69
551	SINVASTATINA, COMP. 20 MG	CO	98000	0,13	12.740,00
552	SINVASTATINA, COMP. 40 MG	CO	42000	0,25	10.638,60
553	SITAGLIPTINA 100MG	CO	420	10,02	4.207,01
554	SOLIFENACINA 10MG COMP	CO	1008	6,01	6.054,75

555	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 30MG/ML SOLUÇÃO NASAL FRASCO 100 ML	FR	700	36,14	25.300,31
556	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	21000	4,54	95.409,30
557	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	11200	5,49	61.488,00
558	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	19600	6,76	132.560,68
559	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	672	6,91	4.641,30
560	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	5600	9,46	52.957,52
561	SORO GLICOSADO 5% 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	1680	7,33	12.319,94
562	SORO GLICOSADO 5% 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	700	7,33	5.133,31
563	SORO GLICOSADO 5% 500ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	11200	8,17	91.540,96
564	SORO MANITOL 20% 250 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	672	13,29	8.928,66
565	SORO RINGER COM LACTATO 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	5040	11,99	60.446,23
566	SORO RINGER SIMPLES 500 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	FR	840	9,83	8.257,20
567	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG COMP LIBERAÇÃO PROLONGADA	CO	420	0,60	252,00
568	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG COMP LIBERAÇÃO PROLONGADA	CO	420	0,79	330,41
569	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME	BI	1680	10,14	17.035,20
570	SULFADIAZINA DE PRATA, 1% CREME	BI	840	30,65	25.748,77
571	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA , COMP. 400 MG + 80 MG	CO	25200	0,28	7.139,16
572	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA COMPRIMIDO	CP	7000	0,28	1.983,10
573	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	FR	1008	7,08	7.139,97
574	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPRIMA, SUSP. ORAL (40 MG + 8 MG)/ML – FR. 50ML	FR	1680	7,08	11.899,94

575	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1680	1,46	2.447,26
576	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	350	12,00	4.198,85
577	SULFATO FERROSO , COMP. 40 MG	CO	350000	0,11	38.500,00
578	SULFATO FERROSO 25MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	FR	168	5,83	978,89
579	SULFATO FERROSO 40 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,11	308,00
580	SULFATO FERROSO GOTAS 125MG/ML – FR. 30ML	FR	1400	3,20	4.484,62
581	SULFATO FERROSO, XAROPE 5MG/ML – FR. 60ML	FR	1400	9,95	13.934,62
582	SULFENTANILA 5MCG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	280	16,21	4.537,88
583	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO	UN	224	6,95	1.556,80
584	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA PEDIÁTRICO	UN	224	6,84	1.531,42
585	SUXAMETÔNIO 100 MG INJETÁVEL IM/EV	AM	280	33,06	9.257,72
586	SUXAMETÔNIO 500 MG INJETÁVEL IM/EV	AM	280	43,91	12.294,80
587	TAZOCIN 2,25 G FRASCO AMPOLA	AM	420	153,27	64.373,40
588	TENOXICAM 20 MG, SOLUÇÃO INJETÁVEL , INTRAVENOSA	AM	420	14,79	6.210,41
589	TENOXICAM 20MG SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR	AM	420	13,27	5.573,40
590	TENOXICAM 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	19600	18,58	364.168,00
591	TENOXICAN 40 MG , PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL COM DILUENTE, INTRAMUSCULAR	FR	280	16,07	4.498,68
592	TIABENDAZOL COMP 500 MG	CO	420	4,65	1.953,00
593	TIABENDAZOL POMADA 50 MG, BISNAGA 45G	BI	700	38,17	26.719,00
594	TIABENDAZOL, SUSP. ORAL 50 MG/ML-FR. 40ML	FR	420	25,47	10.697,40
595	TIAMINA (CLORIDRATO), COMP. 300 MG	CO	112000	0,69	77.280,00
596	TIAMINA 300 MG CPR	CP	1400	0,69	966,00
597	TIAMINA, SOL. INJ. 100MG/ML, AMPOLA 1 ML	AM	420	11,00	4.618,61

598	TICAGRELOR 90 MG COMP	CO	420	8,74	3.670,80
599	TOBRAMICINA SOLUÇÃO OFTÁLMICA 3MG/ML	FR	28	14,28	399,75
600	TOPIRAMATO 25 MG	CO	1260	0,47	596,36
601	TOPIRAMATO DE 100 MG	CO	1260	1,26	1.583,44
602	TOPIRAMATO DE 50 MG	CO	1260	0,73	923,96
603	TRAMADOL + PARACETAMOL (37,5MG + 325MG) COMP	CO	420	1,70	712,61
604	TRAMADOL 100 MG COMPRIMIDO	CP	2800	9,33	26.114,76
605	TRAMADOL 100MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	4900	2,08	10.208,17
606	TRAMADOL 50 MG COMPRIMIDO	CP	2800	0,75	2.090,76
607	TRAMADOL 50MG/1ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	1400	1,69	2.370,62
608	TRIMETAZIDINA 35MG COMP	CO	420	2,07	869,40
609	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 300 MG COMPRIMIDO	CP	700	1,78	1.248,31
610	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	CO	1120	2,80	3.136,00
611	VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPROICO, 500 MG, COMP. LIBERAÇÃO PROLONGADA (CR)	CO	560	2,80	1.568,00
612	VALSARTANA 160MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMP	CO	840	1,90	1.593,23
613	VALSARTANA COMP 160 MG	CO	840	1,21	1.019,17
614	VALSARTANA COMP 80 MG	CO	840	0,97	814,80
615	VANCOMICINA 1G SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	39,58	16.623,60
616	VANCOMICINA 500MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	AM	420	10,60	4.450,61
617	VARFARINA SÓDICA 5 MG COMP	CO	840	0,71	599,17
618	VASELINA LIQUIDA 1000 ML	FR	168	61,48	10.328,09
619	VENLAFAXINA 37,5MG	CA	5880	0,90	5.272,60
620	VENLAFAXINA 75MG	CA	5880	1,76	10.368,20
621	VENLAFAXINA OD 150 MG	CA	630	2,85	1.793,42
622	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA (50 + 500MG)	CO	627	3,89	2.441,10
623	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA (50 + 850MG)	CO	627	4,58	2.873,73
624	VILDAGLIPTINA 50MG COM 56 COMP	CO	706	38,99	27.526,94

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23

da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 2650.

- 1.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data de assinatura, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. Primeiramente, vale frisar que a aquisição de medicamentos, com a finalidade de atender as demandas da assistência farmacêutica que abastece a rede de saúde pública municipal de Araguatins-TO. Assim sendo, passam a apontar as justificativas para a instrução do referido processo licitatório, quais sejam, os medicamentos são considerados necessários e indispensáveis.
- 2.2. Destaca-se a real necessidade de aquisição dos itens, ressaltamos a necessidade de descrita e encaminhada em termo de referência pela farmácia básica e farmácia hospitalar que justificou que os que os medicamentos servirão para atender as incumbências realizadas pelas mesmas.
- 2.3. Onde os serviços ofertados pela secretaria de saúde, tem como incumbência em comum o atendimento à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Sendo que, os medicamentos gerenciados pela central de assistência farmacêutica necessitam subsidiar a rede saúde pública do município de Araguatins-TO, a fim de disponibilizar à população um atendimento de acordo com o que preconiza as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, na área urbana e rural do município. Em virtude disso, torna-se a necessária a aquisição dos medicamentos.
- 2.4. Nossa Constituição Federal de 1988 revolucionou a questão da saúde, estendendo o direito a saúde a todas as pessoas, impondo ao Estado a obrigação de prestar a assistência integral a saúde. O artigo 196 diz que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação. Partindo do princípio Constitucional, todos tem direito a saúde e esta vem sendo prestada através da integração do SUS, muito embora, de certa forma deficitária, pois deixa muito a desejar no pronto atendimento e no tratamento dispensado ao doente. Ainda, a prevenção para redução dos riscos da doença esta longe de ser considerada como aceitável. Falta investimento na área da saúde para que a determinação legal tenha eficácia plena.
- 2.5. Todo o atendimento prestado diretamente pelo Município ou SUS, deve atender satisfatoriamente as necessidades de cada pessoa, tanto na prestação dos serviços médicos de consultas quanto na realização de todos os tipos de exames que se fizerem necessários ao perfeito diagnóstico do médico. No caso de pessoas que não tenha condições financeiras de adquirir os remédios prescritos pelo médico, devem procurar o posto de saúde local ou serviços de assistência social do município e no caso de não concessão por estes, podem buscar o direito através de uma ação judicial.
- 2.6. É oportuno ressaltar aqui a responsabilidade que tem o Poder Público de indenizar as pessoas que sofreram alguma sequela em razão da falta de atendimento médico ou fornecimento de remédios no tempo oportuno para evitar danos ao próprio corpo.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 3.2. Será realizado pregão eletrônico com critério de julgamento: Menor Preço por item. E será utilizado o procedimento auxiliar de Registro de Preços para o período de 12 meses
- 3.3. Será permitida a ampla participação, com tratamento favorecido e diferenciado para MEP/EPP, conforme Lei Complementar 123/06.

- 3.4.** Os medicamentos referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.
- 3.5.** O prazo de entrega dos bens é de até 10 dias corridos, a partir do envio da Ordem de compra ou Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail.
- 3.6.** Os medicamentos serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para feito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:
- 3.6.1.** O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;
 - 3.6.2.** Os medicamentos devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;
 - 3.6.3.** As embalagens dos medicamentos não devem apresentar avarias ou adulterações;
 - 3.6.4.** Os Medicamentos devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação prazo de validade; e notificação da ANVISA
- 3.7.** Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.8.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 3.9.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 3.10.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 3.10.1.** Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, para Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), de acordo com os itens cotados.
 - 3.10.2.** Alvará da Vigilância Sanitária.
 - 3.10.3.** Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1.** O prazo de entrega dos bens é de até 10 dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo demandante.
- 4.2.** A entrega dos medicamentos deverá ser realizada no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Araguatins-TO, localizada na rua Rua Presidente Kennedy, s/n, Centro, Araguatins-to, CEP 77950-000.
- 4.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,

constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,000166, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,000166$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice INPC, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.1.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b)** Multa compensatória no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.3.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **05 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ **9.094.813,32** (nove milhões noventa e quatro mil oitocentos e treze reais e trinta e dois centavos).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Araguatins -TO, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Ficha: 324

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 4.23.10.301.206.2.103 – Manutenção da Farmácia Básica - AFB.

Ficha: 355

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 4.23.10.302.210.2.114 – Manutenção do Hospital Municipal - MAC.

Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo

Fonte: 1.500.1002.000000; 1.600.0000.000000; 1.601.3110.000000; 1.621.0000.000000

Araguatins/TO, 06 de outubro de 2025.

ELISANGELA ANTUNES TEIXEIRA LIMA
Farmacêutica

ANA PAULA ANTUNES TEIXEIRA NOBRE

Farmacêutica

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº * PROCESSO**
ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (-----) HORAS.

LOCAL: *** **ÓRGÃO LICITANTE**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MARC A	QUAN T.	UNIDA DE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA:.....DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº * PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº *****

À
*** **ÓRGÃO LICITANTE**
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. 63 IV DA LEI 14133/21. ART. 1º III E IV e ART. 5º III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº * PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº *****

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS;
DECLARA NOS TERMOS DO ART. 63 IV DA LEI 14133/21, QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PREVISTAS EM LEI E OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS.
DECLARA AINDA, NA FORMA DO ITEM 4.5.7 DO EDITAL, QUE NÃO POSSUI EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE
LEGAL)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº * PROCESSO**
ADMINISTRATIVO Nº ***

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº *****, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº *****, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº *****, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº *****, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO ***** ÓRGÃO LICITANTE**, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 20***.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR (NO

CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

À

***** ÓRGÃO LICITANTE**

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

.....EM, ____DEDE 20***.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS
OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO *** **ÓRGÃO LICITANTE** –
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

....., DE DE 20***.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

**TERMO DE CONTRATO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI
MUNICÍPIO DE ARAGUATINS E A EMPRESA *****

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUATINS com sede no(a) Rua Presidente Kennedy, s/nº, Bairro Centro, CEP: 77.950-000, na cidade de Araguatins/Estado do Tocantins, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.406.326/0001-30, neste ato representado(a) pelo(a) GESTOR(A) Sr(a) RUY MATOS OLIVEIRA, portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

- 1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a *** conforme especificações e/ou quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3.** Discriminação do objeto:

ITE NS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

- 2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

- 3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.).
- 3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho: Elemento
de Despesa:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

- 5.1.** O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato/Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. Nas hipóteses de repactuação, o prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de até 30 dias úteis.

7.2. Nas hipóteses de reequilíbrio financeiro, o prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de até 30 dias úteis.

7.3. Os prazos e condições para postular repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico e financeiro, devem atender ao disposto na lei 14.133/21, sob pena de indeferimento liminar.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto devem atender ao disposto no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo(a) fiscal de contrato: Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Nomeada pela Portaria xx/2025**, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

1.1. As partes são vinculadas às obrigações previstas no Edital, Termo de Referência anexo ao Edital.

11.1.2. São obrigações do Contratante, sem prejuízo do disposto no Edital e termo de referência:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.
- j) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, 'ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1.3. São obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo do disposto no Edital e termo de referência:

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Manter, quando for o caso, ou exigido pela administração, preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

d) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo fixado no termo de referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

j) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

u) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital na forma do disposto nos artigos 155 a 162 da lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. A extinção do contrato poderá ser por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

17.1. Ficam reconhecidos na forma do art. 104 da lei 14.133/21, as prerrogativas da administração.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 92 IV, VII, XVIII)

18.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial e demais veículos oficiais referidos em lei e regulamento, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO.

20.1. É eleito o Foro da Comarca de Araguatins - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 20**.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO XI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ARAGUATINS – TO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O(A). FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUATINS - TO, com sede no(a) Rua Presidente Kennedy, s/nº, Bairro Centro, CEP: 77.950-000, na cidade de Araguatins/Estado do Tocantins, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.406.326/0001-30, neste ato representado(a) pelo(a) GESTOR(A) Sr(a) RUY MATOS OLIVEIRA, portador do CPF nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202 ,

processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação N°XXX/XXXX, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...* , que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades estimadas mínimas e máximas e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE/ITEM	EMPRESA
	NOME:
	CPF/CNPJ:
	ENDEREÇO:
	FONE:
	EMAIL:
	REPRESENTANTE LEGAL
	NOME:
	CPF:

RAZÃO SOCIAL:

LOTES/ITENS UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MENOR PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
-----------------	-----	---------------	-------	-------------------	-------------

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....
1. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde seguirá o disposto em regulamento Federal.
1. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. (Art. 84 da lei nº 14.133/21).

1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
 2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
 2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
 3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
 4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
 2. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
 3. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
 5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. (Caso o município esteja sob a égide do art. 176 da lei 14.133/2021, observar as demais disposições compatíveis.)
 6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
 7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
 8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
 9. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
 1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
 10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
 4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
 5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
 6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços, na forma do regulamento.

2. O remanejamento somente poderá ser feito:
 1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
 4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
 5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
 6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
 1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 3. Não aceitar manter seu preço registrado, na forma do regulamento.
 4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
 2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
 3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
 4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 1. Por razão de interesse público;
 2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
10. **DAS PENALIDADES**
 1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
 2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação das penalidades legais e regulamentares.
 3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. **CONDIÇÕES GERAIS**

1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)